



Terra e Água Escolher sementes, invocar a Deusa

ESTUDOS EM HOMENAGEM
A VICTOR S. GONÇALVES

Ana Catarina Sousa · António Carvalho · Catarina Viegas (eds.)

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS)
Direcção e orientação gráfica: Victor S. Gonçalves

9.
SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. estudos & memórias 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 624 p.

Capa: desenho geral e fotos de Victor S. Gonçalves.
Face: representação sobre cerâmica da Deusa com Olhos de Sol, reunindo, o que é muito raro, todos os atributos da face – sobranceiras, Olhos de Sol, nariz com representação das narinas, «tatuagens» faciais, boca e queixo. Sala n.º 1, Pedrógão do Alentejo, meados do 3.º milénio. Altura real: 66,81 mm.
Verso: Cegonhas, no Pinhal da Poupa, perto da entrada para o Barrocal das Freiras, Montemor-o-Novo (para além de várias metáforas, uma pequena homenagem a Tim Burton...).

Paginação e Artes finais: TVM designers

Impressão: AGIR, Produções Gráficas
300 exemplares + 100 com capa dura, numerados.

Brochado: ISBN: 978-989-99146-2-9 / Depósito Legal: 409 414/16
Capa dura: ISBN: 978-989-99146-3-6 / Depósito Legal: 409 415/16

Copyright ©, 2016, os autores.
Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização do(s) autor(es), nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes. Em powerpoints de carácter científico (e não comercial) a reprodução de imagens ou texto é permitida, com a condição de a origem e autoria do texto ou imagem ser expressamente indicada no diapositivo onde é feita a reprodução.

Lisboa, 2016.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Volumes anteriores de esta série:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Estudos e Memórias, 1. Lisboa: Uniarch/INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. Estudos e Memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/ INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos e Memórias 4. Lisboa: UNIARQ. 488 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

ARRUDA, A. M. ed., (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Estudos e memórias 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Actas. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	11
ANA CATARINA SOUSA ANTÓNIO CARVALHO CATARINA VIEGAS	
VICTOR S. GONÇALVES E A FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA	15
PAULO FARMHOUSE ALBERTO	
TEXTOS EM HOMENAGEM	
Da Serra da Neve a Ponta Negra em busca do Munhino I	21
ANA PAULA TAVARES	
Reconstruir a paisagem	27
ANTÓNIO ALFARROBA	
O «ciclo de Cascais». Victor S. Gonçalves e a arqueologia cascalense	33
ANTÓNIO CARVALHO	
Os altares dos «primeiros povoadores da Lusitânia»: visões do Megalitismo ocidental	45
CARLOS FABIÃO	

Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação JOÃO LUÍS CARDOSO	69
Optimismo, pessimismo e «mínimo vital» em arqueologia pré-histórica, seguido de foco em terras de (Mon)Xaraz LUÍS RAPOSO	81
O Neolítico Antigo de Vale da Mata (Cambelas, Torres Vedras) JOÃO ZILHÃO	97
No caminho das pedras: o povoado «megalítico» das Murteiras (Évora) MANUEL CALADO	113
As placas votivas da «Anta Grande» da Ordem (Maranhão, Avis): um marco na historiografia do estudo das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular MARCO ANTÓNIO ANDRADE	125
O Menir do Patalou – Nisa. Entre contextos e cronologias JORGE DE OLIVEIRA	149
Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano LEONOR ROCHA	167
Os produtos ideológicos «oculados» do Terceiro milénio a.n.e de Alcalar (Algarve, Portugal) ELENA MORÁN	179
Gestos do simbólico II – Recipientes fragmentados em conexão nos povoados do 4.º/ 3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo) RUI MATALOTO · CATARINA COSTEIRA	189
Megalitismo e Metalurgia. Os <i>Tholoi</i> do Centro e Sul de Portugal ANA CATARINA SOUSA	209
A comunicação sobre o 3.º Milénio a.n.e. nos museus do Algarve RUI PARREIRA	243
Informação intelectual – Informação genética – Sobre questões da tipologia e o método tipológico MICHAEL KUNST	257
Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do <i>tholos</i> de Aqualva RUI BOAVENTURA · ANA MARIA SILVA · MARIA TERESA FERREIRA	293
El Campaniforme Tardío en el Valle del Guadalquivir: una interpretación sin cerrar J. C. MARTÍN DE LA CRUZ · J. M. GARRIDO ANGUITA	309

Innovación y tradición en la Prehistoria Reciente del Sudeste de la Península Ibérica y la Alta Andalucía (c. 5500-2000 Cal a.C.)	317
FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ · JUAN ANTONIO CÁMARA SERANO JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO · LILIANA SPANEDDA	
A Evolução da Metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português	341
ANTÓNIO M. MONGE SOARES · PEDRO VALÉRIO	
Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social	359
JOAQUINA SOARES · CARLOS TAVARES DA SILVA	
Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa	387
ELISA DE SOUSA	
À vol d'oiseau. Pássaros, passarinhos e passarocos na Idade do Ferro do Sul de Portugal	403
ANA MARGARIDA ARRUDA	
Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira	425
AMILCAR GUERRA	
O sítio romano da Comenda: novos dados da campanha de 1977	439
CATARINA VIEGAS	
A Torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I de Portugal na Corunha	467
RUI M. S. CENTENO	
Paletas Egípcias Pré-Dinásticas em Portugal	481
LUÍS MANUEL DE ARAÚJO	
À MANEIRA DE UM CURRICULUM VITAE, SEGUIDO POR UM ENSAIO DE FOTOBIOGRAFIA	489
Victor S. Gonçalves (1946-). À maneira de um <i>curriculum vitæ</i>	491
Legendas e curtos textos a propósito das imagens do Album	549
Fotobiografia	558
LIVRO DE CUMPRIMENTOS	619
ÚLTIMA PÁGINA	623

INNOVACIÓN Y TRADICIÓN EN LA PREHISTORIA RECIENTE DEL SUDESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA Y LA ALTA ANDALUCÍA (C. 5500-2000 CAL A.C.)

FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ¹
JUAN ANTONIO CÁMARA SERANO²
JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO³
LILIANA SPANEDDA⁴

RESUMEN

En este trabajo se explora la hipótesis de que los cambios socioeconómicos que tuvieron lugar en las primeras fases de la Prehistoria Reciente (5500-2000 A.C. aproximadamente) se produjeron a diferente ritmo y se manifestaron en la cultura material mueble en momentos diversos. La consolidación de la desigualdad social fue así un proceso lento pero imparable que, en nuestra opinión, comenzó a partir del control de fuerza de trabajo (a menudo de procedencia externa como resultado del conflicto por la tierra) y especialmente de la acumulación por vía pecuaria. Aunque fue una condición necesaria, la introducción y mejora de las estrategias agropecuarias no condujo de forma inmediata a una sociedad con desigualdades permanentes, ya que, pese a la intensificación agropecuaria documentada desde fines del VI Milenio A.C. por la explotación de los productos secundarios, tales desigualdades tardaron en asentarse (al menos hasta el IV Milenio A.C.) y más en manifestarse (hacia mediados del III Milenio A.C.). En este proceso el ritual se usó tanto para intentar frenar la acumulación, produciéndose a veces el fenómeno contrario, como para enmascararla y con posterioridad para exhibirla.

ABSTRACT

This paper explores the hypothesis that socioeconomic changes that took place in the early stages of Late Prehistory (5500-2000 BC approximately) occurred at different paces and they were expressed in the movable material culture at various times. The social inequality consolidation was a so slow but unstoppable process that, in our view, began from both, the control of labor force (often of foreign origin as a result of conflict over land) and especially the accumulation through livestock. Although it was a necessary

¹ Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario «Cartuja» s/n., 1871 Granada, España.

² molinag@ugr.es

³ jacamara@ugr.es

⁴ jaamarre@ugr.es

⁴ spanedda@ugr.es

condition, the introduction and improvement of agricultural strategies did not lead immediately to a society with permanent inequalities. Despite agricultural intensification documented since the end of the sixth millennium BC by exploitation of by-products, such inequalities were slow to be settled (at least until the fourth millennium BC), and they took a longer time to be socially evident (the mid-third millennium BC). In this process, the ritual is used both to try to curb the accumulation, sometimes producing the opposite phenomenon, and to mask and subsequently display it.

1. INTRODUCCIÓN

Tradicionalmente se había considerado que el desarrollo de la economía agropecuaria en Europa occidental en general y en la Península Ibérica en particular había sido especialmente lento (Vicent, 1990) y que la economía de las primeras comunidades agropecuarias era básicamente ganadera con una cierta importancia de la caza y recolección y una fuerte movilidad (Martí, 1978). La mayoría de los datos procedían de cuevas, algunas de las cuales puede que no fueran realmente lugares de hábitat (Carrasco *et al.*, 2010) pero la evaluación de los datos faunísticos de los primeros asentamientos al aire libre excavados no parecían contradecir esa imagen (Uerpmann, 1979). Los últimos años no sólo han visto una revisión de los procesos de neolitización en el sur de la Península Ibérica (García *et al.*, 2010), sobre evidencias empíricas todavía insuficientes (Molina *et al.*, 2012) sino que, sobre todo, han contemplado la proliferación de análisis arqueofaunísticos y arqueobotánicos (Riquelme, 1998; Rovira, 2007; Liesau y Morales, 2012; Peña *et al.*, 2013) que han mostrado la consolidación de la economía agropecuaria desde momentos particularmente tempranos.

En este contexto la lectura de las transformaciones socioeconómicas del denominado Neolítico Reciente y especialmente del Calcolítico, exige planteamientos alternativos. La importancia de la denominada «revolución de los productos secundarios» (Sherratt, 1981) ha sido considerada como un factor clave en el proceso de transformación por determinados autores (Gonçalves, 2002; Gonçalves *et al.*, 2013) pero también se ha destacado la importancia de la metalurgia (Nocete, 2006; Gonçalves *et al.*, 2013) pese a que existe una tendencia contraria centrada en la minusvaloración sistemática de esta actividad (Rovira, 2004; Murillo y Montero, 2012; García-Álix *et al.*, 2013; Montero y Murillo, 2014).

Independientemente de la importancia o no que tengan determinadas actividades como factor desencadenante de cambios sociales, aspecto que hemos analizado en los diferentes modelos planteados para el estudio de la jerarquización social en el sur de la Península Ibérica (Cámara y Molina, 2006), lo que parece cierto es que el desarrollo artesanal es particularmente visible desde fines del V milenio A.C. (Spanedda *et al.*, en prensa), con la salvedad de que los datos para la primera mitad de ese milenio son particularmente escasos (Cámara *et al.*, en prensa a). Entre el V y el IV milenio A.C. también se producen transformaciones en los sistemas de hábitat, en los patrones de asentamiento y en los mecanismos de justificación ritual, con el desarrollo de los sistemas de enterramiento y, en particular, del Megalitismo (Cámara y Molina, 2015). Más difícil es colocar en estos momentos transformaciones en las estrategias subsistenciales, aunque la introducción de nuevos cultivos, como el lino (Rovira, 2007), y la posibilidad de domesticación de nuevos animales, como el caballo, y una intensificación en la ganadería porcina pueden citarse (Martínez, 2006; Cámara y Riquelme, 2015).

2. HIPÓTESIS Y OBJETIVOS

Partimos de la hipótesis de que el proceso de disolución de las relaciones sociales comunitarias fue, por un lado, rápido como resultado de los procesos de acumulación desigual principalmente por vía pecuaria. No obstante, por otro lado, tales procesos se manifiestan de forma distinta e intermitente no sólo para las sociedades que los vivieron, sino también para los investigadores que los analizan. Nuestro objetivo, por tanto, es mostrar como las perduraciones y las transformaciones que observamos en el registro arqueológico corresponden a esos procesos (y a eventuales frenazos o momentos coyunturales de aceleración de la acumulación de bienes y de la desigualdad social consecuente).

Creemos que la mejor forma de abordar la explicación de estos procesos es introducir, en primer lugar, un resumen de nuestra propia hipótesis sobre las causas que ocasionaron las transformaciones socioeconómicas que tuvieron lugar entre el 5500 y el 2000 A.C. A continuación pasaremos a discutir los diferentes ritmos en que los resultados materiales de esos cambios sociales se hicieron visibles, discutiendo la posible cronología de cada innovación técnica, subsistencial, política o ritual.

3. UN MODELO PARA EL CAMBIO SOCIAL EN EL SUR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE LA PREHISTORIA RECIENTE

Como ya hemos expuesto previamente (Afonso y Cámara, 2006), nuestra hipótesis sobre el desarrollo de la jerarquización social en el sur de la Península Ibérica, se puede considerar que atiende a tres aspectos en lo que a las formas de acumulación de riqueza se refiere: el control de la fuerza de trabajo, la acumulación de riqueza por vía pecuaria y el control de la propiedad de la tierra como soporte de desplazamiento, pasto y explotaciones agrarias. En términos simples se podría pensar que se trata de estadios sucesivos, pero realmente, y de manera especial en las dos primeras formas, los procesos están fuertemente imbricados.

En relación con los procesos que aquí estudiamos, merece la pena tomar en consideración la importancia de los animales domésticos como medios de producción que se reproducen autónomamente. Los inicios de la adscripción de fuerza de trabajo pueden remontarse muy atrás en el tiempo, así como la violencia humana (Close, 2010), aunque es cierto que, en sus formas más visibles y especialmente en relación con el control de las mujeres, tales procesos también parecen acompañar las primeras prácticas agropecuarias (Meillassoux, 1987), la competencia por el terreno que se quiere explotar y la perpetuación de prácticas de «servidumbre» por cautividad (Harris, 1990). En este sentido, es posible que las formas primordiales de acotar la tierra (frente al «teórico» enemigo exterior) también tuvieran un cierto papel en los primeros procesos de perpetuación de la desigualdad, probablemente en el mismo nivel que ciertas formas de reproducción ideológica de la posición social de determinados individuos que se erigieron como líderes en estas expediciones de defensa-rapiña, si bien consideramos que estas acciones tuvieron más incidencia en momentos posteriores del largo proceso de jerarquización. De hecho, y particularmente visible en cuanto a la dirección sacro-profana de la comunidad y su perpetuación, sólo la gestión continua de recursos a los que el resto de la comunidad no podía acceder se convertía en una garantía (segura) de poder mantener y transmitir la posición. Estos recursos, en muchos casos (Hayden, 2009) se generaban por vía pecuaria y creemos que este es el caso del sur de la Península Ibérica. Como en otros casos (Dietler, 2001) los mecanismos dispuestos para evitar la acumulación, como las fiestas de consumo conspicuo, sólo servirían para acelerarla, dado que aquellos que no eran capaces, a su vez, de ofrecer estas prestaciones, por carecer de recursos (o por haberlos amortizado en exceso) se convertían en dependientes. Otros fre-

nos, susceptibles de dificultar la acumulación (iniciada al principio de forma azarosa pero reproducida a través de la exigencia de la devolución de las prestaciones antes referidas) no podían encontrar límites en el seno de comunidades en las que la tierra era aún de propiedad comunal y, de hecho, los pastos abiertos a todos se convertían en un incentivo más para el crecimiento diferencial (aprovechados más por aquellos que más cabezas de ganado tenían). Paradójicamente lo que podía contener el crecimiento de los rebaños, la división de la tierra, abría nuevas posibilidades a la desigualdad (sobre todo si los repartos se convertían en permanentes y no se impedía la subdivisión). Cabe además otra posibilidad, si el reparto de la tierra (agrícola) se dio según la capacidad de ponerla en cultivo, no sólo una familia numerosa accedía a mayores porciones (con el riesgo de empobrecimiento general de la subdivisión posterior o de caída en la posición social de algunos de sus miembros si se establecía un cierto derecho de «primogenitura») sino que, una vez que los animales se usan como fuerza de tracción, la disponibilidad de más animales suponía la capacidad de poner en cultivo mayores porciones de terreno y si se repartían las tierras por este criterio no existía el riesgo de empobrecimiento de la familia por subdivisión (al contrario si continuaba su demanda de tierras por el crecimiento de su riqueza en términos de capacidad para explotar más terreno). Todo ello, dejando de lado un aspecto que se debe recordar, que la acumulación inicial y la adscripción de aquellos que no habían podido restituir los favores, habría generado la consolidación de algunos individuos (familias) en las posiciones de dominio, desde las cuales, ideológicamente, recurriendo a ancestros divinizados en mayor o menor grado, se identificaron con la comunidad y por tanto reclamaron el derecho exclusivo a sus recursos (la tierra) cuyo usufructo «cedían» a cambio de un tributo (Godelier, 1989). Sólo la prohibición de la propiedad familiar de los rebaños habría ralentizado este proceso de acumulación pero ello no hubiera evitado en muchos casos la jerarquización a través del control de la fuerza de trabajo (por la opresión de los adquiridos desde el exterior o por la presión sobre ciertos sectores marginados ideológicamente como las mujeres).

En este trabajo nos centraremos en la importancia de los animales como elementos de riqueza acumulable y susceptible de ser utilizados, a través de fiestas u otros rituales, en la reproducción de la desigualdad y en la competencia por el territorio y sus recursos incluida la fuerza de trabajo cuya movilidad se limita. No se discutirá el proceso la apropiación privada de la tierra y su división.

Prestaremos también aquí atención al desarrollo artesanal, tanto porque ciertos avances pudieron ser utilizados directamente en la puesta en explotación de determinadas tierras (cambios en los soportes líticos y uso de algunos de ellos como elementos de hoz) como porque la producción se intensificó en ramas relacionadas con la identidad social, favoreciendo la exhibición de las diferencias en la vida y en la muerte (vestido, adornos y representaciones...) en un contexto social en el que lo sagrado y lo profano se hallan profundamente relacionados.

4. INNOVACIÓN Y CONTINUIDAD ENTRE EL NEOLÍTICO ANTIGUO Y EL COBRE FINAL EN EL SUDESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

A la hora de valorar el desarrollo técnico en el periodo considerado y especialmente entre el 4200 y el 2000 A.C. hay que partir de una serie de presupuestos (teóricos). En primer lugar es indudable que la mayor parte de los elementos que se consideran como propios de la artesanía no tienen una relación directa con el consumo de alimentos, aunque algunos de ellos pudieron ser usados en la producción agropecuaria de manera directa o indirecta. Éste puede ser el caso del metal según algunos estudios experimentales (Morgado *et al.*, 2009). Además, en cualquier caso, la subsistencia no se puede reducir a la producción de alimentos sino que implican también actividades imprescindibles para la supervivencia, especialmente el refugio por lo que ciertos cambios en las unidades de resi-

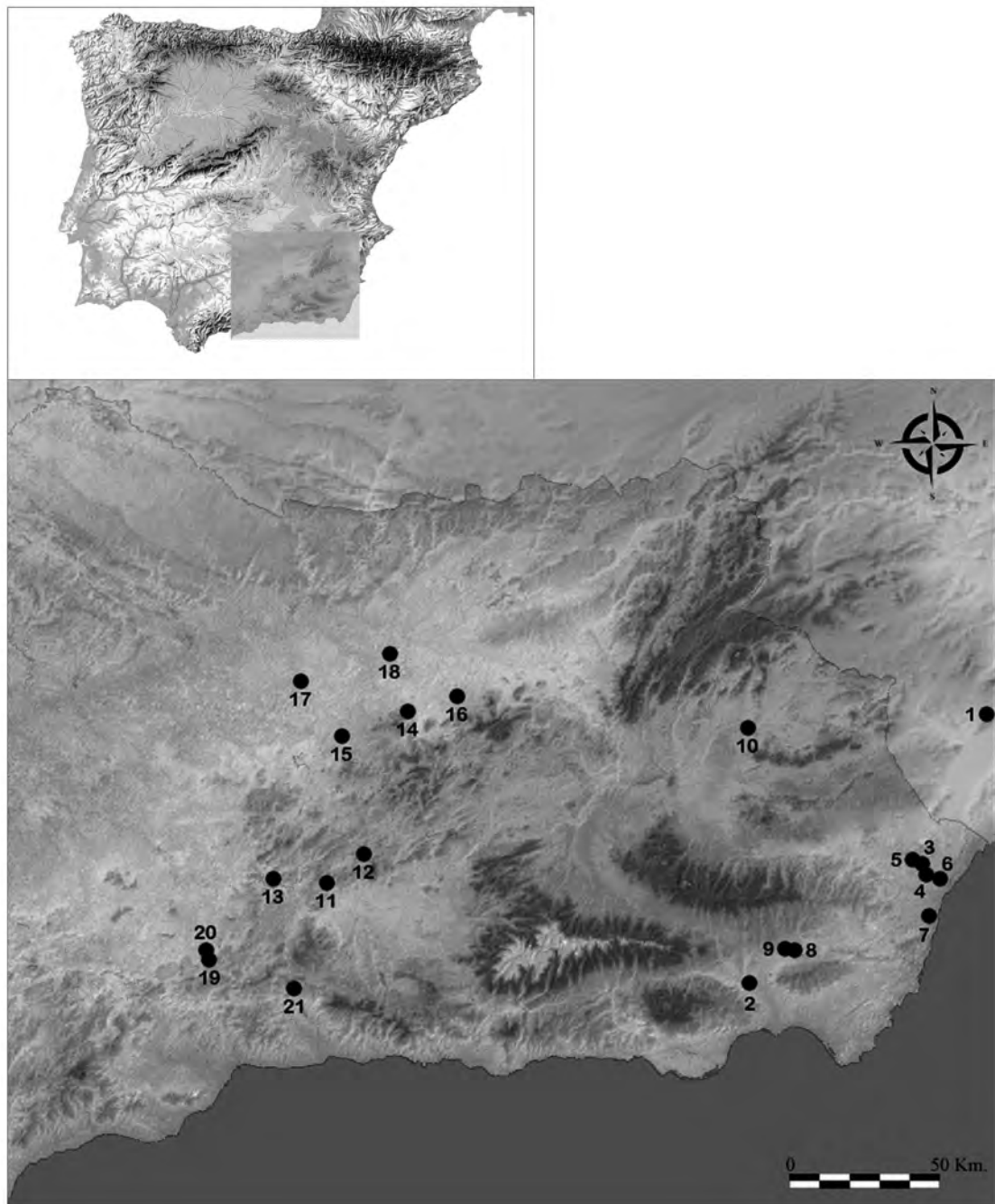


FIG. 1. Localización de los yacimientos citados en el texto.

1. Cueva Sagrada (Lorca, Murcia)
2. Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería)
3. Campos (Cuevas de Almanzora, Almería)
4. Zájara (Cuevas de Almanzora, Almería)
5. Santa Bárbara (Cuevas de Almanzora, Almería)
6. Almizaraque (Cuevas de Almanzora, Almería)
7. Las Pilas (Mojácar, Almería)
8. Terrera Ventura (Tabernas, Almería)
9. El Búho (Tabernas, Almería)
10. Cerro de la Virgen (Orce, Granada)
11. Necrópolis de Sierra Martilla (Loja, Granada)
12. Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada)
13. Villavieja (Fuentes de Cesna, Algarinejo, Granada)
14. Marroquíes (Jaén)
15. Polideportivo-La Alberquilla (Martos, Jaén)
16. Venta del Rapa (Mancha Real, Jaén)
17. Alcores-Albalate-Berral (Porcuna, Jaén)
18. Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaén)
19. Dólmenes de Antequera (Antequera, Málaga)
20. Necrópolis de Alcaide (Antequera, Málaga)
21. Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga)

dencia entre los diferentes periodos en consideración deberían ser evaluados. Por otra parte, evidentemente, desarrollo artesanal y especialización no son la misma cosa (Martínez *et al.*, 2009) aunque determinadas producciones del sur de la Península, por ejemplo metales preciosos, pudieron estar en función de la demanda de las élites (Nocete, 2006) si bien también se ha planteado su vinculación preferente a la esfera de lo sagrado (Murillo *et al.*, 2015b)

Comenzaremos con la actividad metalúrgica por ser aquella que ha enfrentado más claramente a los investigadores en cuanto a su relevancia (Lull, 1983; Molina, 1988; Nocete, 2006) o no (Gilman, 1976) en la explicación del desarrollo social.

Independientemente de los problemas sobre su origen, la cronología de su inicio todavía no ha sido bien definida en muchas de las áreas de las que nos ocupamos, si bien se acepta ampliamente, según las fechas del Suroeste y de la Alta Andalucía, una datación correspondiente al último tercio del IV milenio A.C. (Nocete *et al.*, 2011). Las fechas indirectas para el Sudeste (Fig. 1), por ejemplo de la fundación de Los Millares (Molina *et al.*, 2004) parecen apoyar tal cronología. Sin embargo el debate se centra en la determinación de la complejidad (Nocete *et al.*, 2008) o no (Rovira, 2004) del proceso técnico de trabajo metalúrgico, así como en la evaluación de su impacto medio ambiental (Nocete *et al.*, 2005; García-Alix *et al.*, 2013). En relación con esto último, pese al rechazo de algunos autores, y aun admitiendo que no se pueden plantear niveles de impacto similares a los actuales, los registros de lugares bastante alejados de las zonas de mayor actividad metalúrgica en el III milenio A.C. como Sierra Nevada parecen mostrar una mayor contaminación por metales pesados en ese momento que en las épocas precedentes. Respecto al proceso técnico, recientemente se ha indicado que este no era similar para toda la producción artefactual y que la complejidad del mismo dependía del tipo de objeto que se elaboraba (Nocete *et al.*, 2008). Sin embargo se tiende a considerar que dichas diferencias no supusieron mejoras significativas en la técnica empleada, ni siquiera en la segunda mitad del III milenio A.C. cuando se documenta la aparición de nuevos objetos (Rovira, 2004). La discusión más frecuente tiene lugar en relación con el significado de la presencia de diferentes cantidades de arsénico en algunos objetos. Mientras algunos autores las interpretaban como un intento de aumentar la dureza (Arribas *et al.*, 1989), otros la habían considerado tradicionalmente como un resultado accidental de la presencia de arsénico en las muestras minerales originales (Montero, 1999), o bien que se eligieran los minerales más ricos en arsénico para conseguir los resultados esperados en dureza (Cámara, 2010). Paradójicamente en los últimos años se está aceptando esa búsqueda pero leyendo la elección de esa materia prima rica en arsénico en términos estéticos y simbólicos para cambiar la coloración del producto (Pereira *et al.*, 2013). Independientemente de las razones del uso de determinados metales y aleaciones, no se puede negar que el proceso comprendió la adquisición de una serie de conocimientos y destrezas que no se extendieron al total de la población y que implicaron no sólo el desarrollo de áreas especializadas de actividad (Fig. 2) (Molina y Cámara, 2005; Nocete *et al.*, 2008) y de asentamientos con una marcada orientación minero-metalúrgica (Nocete, 2006), sino también la realización de trabajos mineros en profundidad que afectaron, al menos en Andalucía Occidental, incluso a minerales utilizados en la representación ideológica como el oro (Nocete *et al.*, 2013). En cuanto a la circulación de las materias primas y de los productos acabados, los datos son todavía escasos y se refieren principalmente al Alto Guadalquivir (Nocete *et al.*, 2011), pero parecen mostrar que a los centros más importantes de cada región llegaban materias primas de diferentes fuentes (no excesivamente alejadas en general) mientras que a los asentamientos de segundo nivel llegaban sólo materias primas locales y en muchos de ellos sólo se practicaba una metalurgia de mantenimiento.

¿Qué implicaciones podemos deducir entonces que tuvo la metalurgia en el desarrollo social? Evidentemente no parece que en el conjunto del área de estudio la metalurgia sea el factor desencadenante de los cambios, y no parece que los objetos metálicos fueran un elemento clave en la jus-



FIG. 2. Taller metalúrgico de Los Millares (foto GEPRAN).

tificación ideológica al menos hasta mediados del III milenio A.C. dado el predominio de objetos domésticos incluso teniendo en cuenta su más fácil amortización (Murillo y Montero, 2012). El caso del oro, a partir de momentos avanzados del III milenio A.C., es particular. De hecho los objetos localizados no son funcionales pero existe una discusión importante sobre su utilización en la justificación del orden social (Nocete *et al.*, 2013) o simplemente en la esfera de lo sacro (Murillo *et al.*, 2015b). Se trata, en nuestra opinión, de una falsa contraposición. Por una parte el desarrollo de las «creencias» y de las ofrendas sólo tiene sentido en una sociedad fuertemente jerarquizada. Por otra, la vinculación de las láminas de oro a elementos como los ídolos (Costa, 2009) parece insinuar su empleo en relación con la definición de determinadas identidades, lo que sugiere un culto a los ancestros, posiblemente ya menos genéricos, y por tanto, una mayor importancia de la ascendencia como justificación de la posición social. Aspecto este último también resaltado a partir de los cambios observados en el mundo megalítico (Cámara, 2001). Sin entrar en la discusión sobre el carácter de las creencias de las comunidades calcolíticas, la proliferación de ídolos, y el desarrollo de una artesanía relacionada con su manufactura (Lozano *et al.*, 2010) en el periodo considerado tanto en contextos domésticos como rituales puede relacionarse con el culto a los antepasados y los intentos de perpetuación de identidades concretas más allá de la muerte. Este fenómeno también es evidente en el Sudeste, aun cuando en los contextos funerarios de esta área la representación de los rasgos sobre los betilos funerarios fuera más esquemática y menos duradera (pintada).

Una línea argumental adicional sobre el papel de la metalurgia la constituye el uso de objetos metálicos en otras actividades artesanales vinculadas bien a la fabricación de elementos ideológicos o de prestigio por ejemplo de ámbar (Nocete *et al.*, 2013) cuya procedencia alejada se ha planteado (Murillo y Martínón, 2012), bien a la preparación de instrumentos necesarios para la subsistencia, especialmente la industria lítica tallada. En este sentido se ha planteado no sólo la necesidad de una punta de cobre como elemento terminal del intermediario necesario para producir grandes hojas mediante presión con palanca (Morgado *et al.*, 2009) sino el empleo de estas grandes hojas en

la actividad metalúrgica como elementos para sujetar los crisoles (Nocete, 2006). Por ello el empleo de útiles metálicos de cobre en la producción de los soportes destinados a la manufactura de instrumentos empleados en la mayor parte de las actividades cotidianas resulta un aspecto que no se puede minusvalorar. La circulación de estas hojas, así como de otros instrumentos realizados en sílex u otras rocas silíceas, como las puntas de flecha obtenidas por presión, ha sido también destacada en relación con la complejidad de las redes de relaciones del periodo considerado, superando incluso, en cuanto a la extensión geográfica de los tráficos, los límites del área en estudio (Nocete *et al.*, 2005; Afonso *et al.*, 2011). Hay que señalar, sin embargo, que el volumen de material que circuló a grandes distancias es pequeño.

En el plano de la subsistencia, reconociendo el carácter utilitario de los instrumentos de metal, la mayoría de los autores han sido incapaces de valorar la función que éstos pudieron tener en otras actividades artesanales, aunque, por lo que sabemos, se desarrollaron siempre en el ámbito doméstico. Agujas y punzones, aunque siguieron realizándose en hueso, son la mayoría de los elementos que encontramos en metal lo que sugiere su empleo en tareas textiles. El desarrollo de la actividad textil se relaciona con el cultivo del lino (Rovira, 2007) indudablemente usado para tal fin como prueban los hallazgos de Cueva Sagrada (Lorca) (Rivera y Obón, 1987; Eiroa, 1990), aunque se haya planteado también su empleo para la extracción de linaza (Peña, 1999). Los elementos en hueso trabajado también experimentan cambios durante el periodo considerado, el más llamativo de los cuales es el pulido total de su superficie (y no sólo de la parte activa) (Salvatierra, 1982; Altamirano, 2013) pero al final del periodo los elementos de adorno se hacen más variados (Pau, 2015).

También la relación entre artesanía y subsistencia viene sugerida por otros instrumentos frecuentemente realizados en cobre, las sierras, escoplos, etc. empleados para trabajar la madera y que eran complementarios de los útiles destinados a tal fin en piedra pulida. No obstante, para la obtención de las grandes piezas necesarias para la construcción debieron seguir siendo básicas las grandes hachas de piedra.

Además, también desde el III milenio A.C., determinadas armas empezaron a ser producidas en cobre. Su significación debe evaluarse en un contexto de creciente preocupación por la seguridad y la defensa de la propiedad (incluyendo la propia fuerza de trabajo) que vio la proliferación en determinadas zonas no sólo de las fortificaciones construidas con diferentes materiales sino de yacimientos específicamente destinados al control territorial (fortines) (Nocete, 1994; Cámara y Molina, 2013).

En cuanto a la cerámica no sólo cambian las formas, desde el IV milenio más abiertas y en continua evolución (Arribas y Molina, 1979), sino que se producen importantes mejoras técnicas (adición de desgrasantes, modelado a molde...) observándose una mayor relación entre la técnica de los recipientes y la función que debían tener. Aunque se había planteado que los recipientes abiertos de grandes dimensiones y profundidad no excesivamente elevada (fuentes y cazuelas) estaban destinados al consumo comunal de «tortas» de cereal (Nocete *et al.*, 1986), los resultados de los análisis químicos han sugerido que en ellos se preparaban platos en los que la grasa animal estaba también presente (Sánchez *et al.*, 1996). La mayoría de los objetos cerámicos están realizados con arcillas de procedencia cercana lo que indica una manufactura local, si bien determinadas piezas de prestigio y/o decoradas pudieron circular a distancias mayores (Capel *et al.*, 2001). A fines del III milenio se generaliza el uso de grandes recipientes de almacenaje (Arribas y Molina, 1979) a veces concentrados en determinadas áreas como el Fortín 1 de Los Millares (Molina y Cámara, 2005).

En el plano de otras actividades artesanales relacionadas con la subsistencia no se ha hecho mucho en los últimos años para analizar en detalle la complejidad de los procesos constructivos. En términos genéricos se presume que los sepulcros (realmente vinculados con la producción ideológica y no con el refugio o la defensa) implicaron un mayor esfuerzo por sus dimensiones y por estar

realizados básicamente en piedra. En nuestra zona de estudio éste puede ser el caso de algunos dólmenes como los de Antequera (Carrión *et al.*, 2009), o los sepulcros de corredor con cámara circular del sudeste, se cubrieran o no con falsa cúpula (Blance, 1971), pero la mayoría de las tumbas del Sudeste y la Alta Andalucía son de pequeñas dimensiones y a menudo cuentan con una parte excavada cuando no son verdaderas cuevas artificiales (Cámara y Molina, 2015; Montufo *et al.*, 2010). Por otro lado en la parte oriental de Andalucía también se excavan grandes cuevas artificiales con cámara y corredor y anejos, como las de Alcaide (Antequera) (Marqués *et al.*, 1992), Sierra Martilla (Loja) (Montufo *et al.*, 2010) o las de Marroquíes (Berdichewsky, 1964) para las que, en algunos casos, se ha podido determinar la existencia de modificaciones estructurales en relación con la techumbre (Fig. 3), a veces tallada en la roca natural, a veces elaborada con material orgánico sostenida por postes y otras constituida por una verdadera cubierta abovedada que arranca del revestimiento de adobes de las paredes excavadas (Cámara *et al.*, 2012b).

En cualquier caso la complejidad estructural y la variedad arquitectónica de las viviendas es, sin duda, mayor y en Los Millares se aprecian variaciones especialmente en las dimensiones a lo largo del tiempo (Molina y Cámara, 2005; Castro *et al.*, 2010) pero también la existencia de edificios especiales de planta rectangular, algunos de ellos relacionados con la actividad metalúrgica y con cierta compartimentación (Molina y Cámara, 2005). Los materiales constructivos pueden ser variados (piedra, adobe, cañas y maderas revestidas de barro, etc.) pero ello no debió influir en la estabilidad estructural de las viviendas más allá del hecho de que la mayor proporción de piedra en los zócalos era un freno mayor a los incendios. Incluso en edificaciones parcial o totalmente subterráneas la división del espacio está presente. Por otro lado, como muestran determinados casos del Polideportivo-La Alberquilla (Martos) (Lizcano *et al.*, 1991-92) las estructuras hipogeicas, por sus pequeñas dimensiones, debieron imbricarse en estructuras más extensa y de carácter exento, utilizándose para determinadas actividades las partes subterráneas; mientras que las de Marroquíes (Jaén) que llegan a tener dimensiones considerables (Cámara *et al.*, 2011), mayores que las de la mayoría de las cabañas circulares exentas (Fig. 5), a veces fueron usadas para el almacenaje a amplia escala (Barba y Navarro, 2010). Pese a estos datos se ha desarrollado una creciente tendencia a considerar todas estas estructuras subterráneas y semisubterráneas como «rituales» (Márquez, 2001).

Una gran variedad en las estructuras de habitación se ha documentado en Marroquíes (Lizcano *et al.*, 2004; Zafra *et al.*, 2010). Además de los complejos estructurales subterráneos y semisubterráneos, cuyo uso continúa hasta el Cobre Final, como atestiguan los restos cerámicos campaniformes hallados en su interior, se han localizado unidades residenciales circulares con surco perimetral excavado que debió servir de apoyo a una estructura de materia orgánica (tal vez de listones de madera). En paralelo a este surco suelen aparecer alineaciones de hoyos de poste al interior y al exterior. Posiblemente los postes y la estructura de madera quedaban embutidos en un muro de argamasa. Las estructuras más recientes incluyen zócalos de piedra o adobe, y van cambiando su planta hacia residencias alargadas, primero ovals (Zafra *et al.*, 2003) y finalmente rectangulares que debieron realizarse a principios del II milenio A.C. (Cámara *et al.*, 2012a; Cámara y Molina, 2013). Las unidades domésticas de adobe más conocidas y más espectaculares (Fig. 4) se han localizado en el Cerro de la Virgen (Orce, Granada) (Kalb, 1969).

La mayor complejidad en los aparejos constructivos y en el diseño ha sido documentada en los sistemas de cierre. Esto se puede aplicar incluso a los casos en los que tal cierre consiste sólo en un foso excavado y un terraplén acompañado o no de empalizada y que más a menudo han sido considerados como recintos rituales (Márquez y Jiménez, 2013). Ningún caso del área de estudio ha sido indagado extensivamente, si exceptuamos el recinto más interior de Venta del Rapa (Mancha Real, Jaén) (Lechuga *et al.*, 2014) y, de hecho, el sudeste se ha considerado que queda fuera del área de difusión de tales «recintos» (Márquez y Jiménez, 2013). Realmente la integración de los diferen-

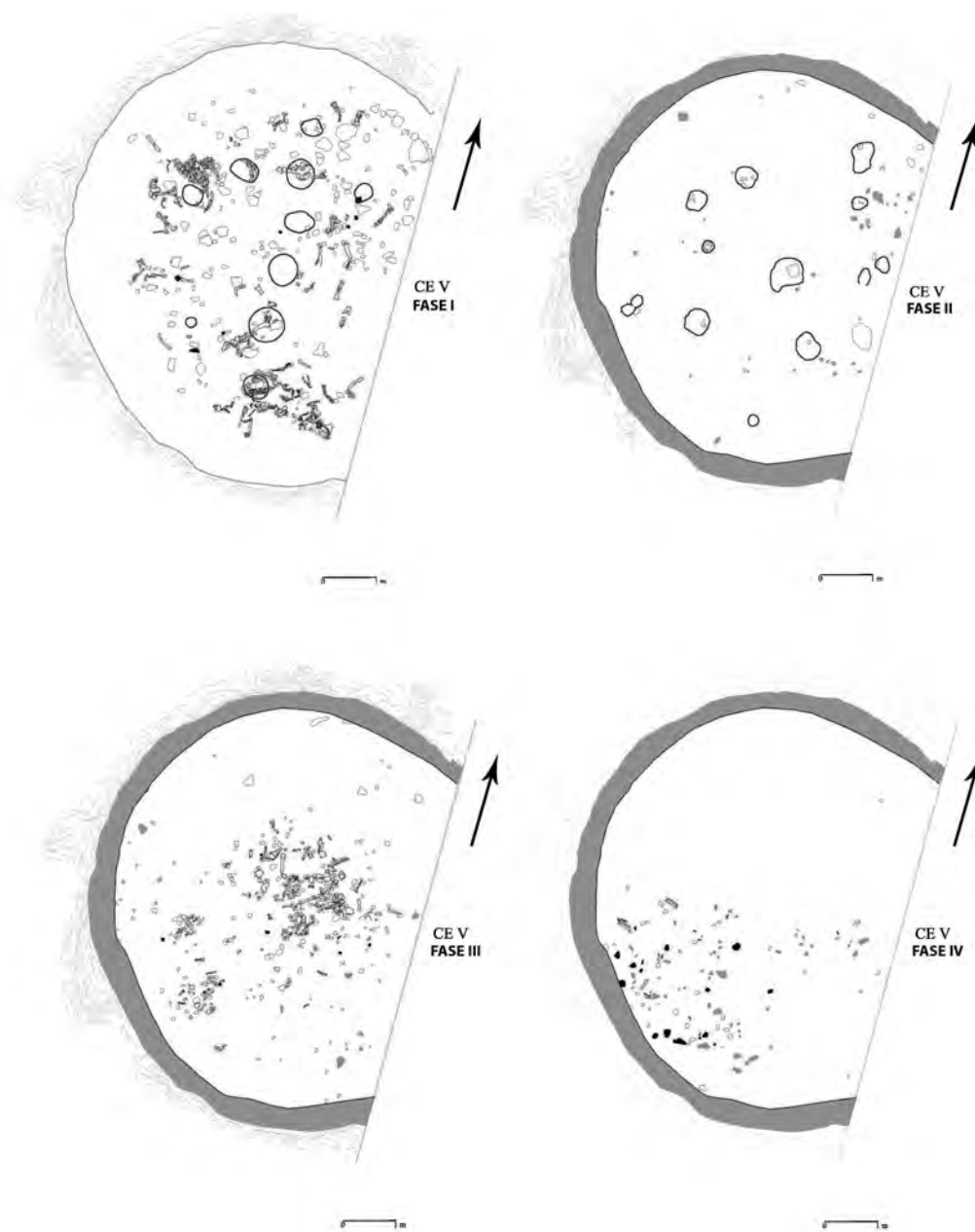


FIG. 3. CE V del STJ en Marroquíes (Jaén) (modificado de Cámara *et al.*, 2012b).

tes materiales para formar el parapeto del sistema de cierre es bastante frecuente y es visible en Marroquíes (Lizcano *et al.*, 2004) donde los diferentes recintos, no totalmente sincrónicos ni simétricos pese a las esquematizaciones presentadas (Zafra *et al.*, 2010) se adaptaron al emplazamiento elegido y sufrieron modificaciones incluso en pequeños tramos (Pérez y Cámara, 1999; Cámara *et al.*, 2012a). La articulación de murallas y fosos está también presente en Los Millares (Cámara y Molina, 2013) donde se ha mostrado la planificación previa de los recintos (Esquivel y Navas, 2005, 2007) pese a que se haya querido plantear una construcción discontinua y no planificada (Díaz del Río, 2013). En este sentido la planificación con modificaciones es visible claramente en la muralla del Cerro de la Virgen (Orce) con sus lienzos paralelos, el adarve entre ellos, el corte de la roca bajo la cara exterior de la muralla y la modificación de los sistemas de acceso (Schuüle, 1980; Cámara



FIG. 4. Cabaña de adobes del Cerro de la Virgen (Orce)
(foto W. Schüle, 1980).

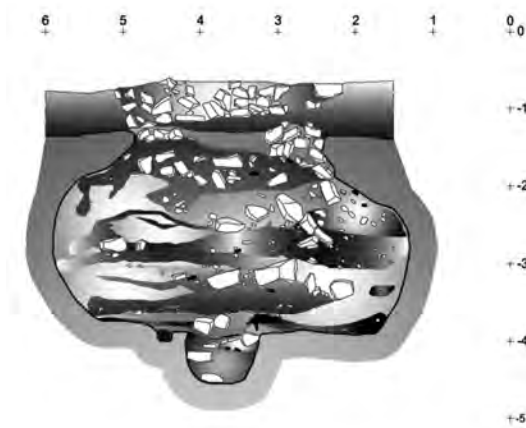


FIG. 5. Ejemplo de complejo estructural subterráneo de grandes dimensiones y con estructuras internas de Marroquíes (Jaén) (según Cámara *et al.*, 2011).

su complejidad, al alternar capas de piedras dispuestas en espina de pez con nivelaciones de barro previas a la realización de una nueva hilada de piedras con la misma disposición (Schüle, 1980). Pese a que tal sistema no parece favorecer una gran estabilidad de la construcción, la muralla principal debió superar los 5 m de alzado, a los que se debía sumar el corte de la roca y la altura del lienzo antepuesto, con lo que el sistema defensivo en altura se acercaría a los 10 m y en anchura los superaría (Cámara *et al.*, en prensa b).

Canteras para la construcción de estas murallas, de las tumbas y de las casas, se han localizado en el área de la necrópolis de Los Millares, donde se usaron técnicas similares a las empleadas en la

et al., en prensa b). La complejidad de diseño en planta y alzado de las murallas del III milenio ha sido demostrada a partir del estudio de la muralla de Villavieja (Fuentes de Cesna, Algarinejo) (Garzón, 2015).

En cuanto al aparejo de estos sistemas de cierre es tan variable como el de las viviendas. Claras empalizadas, a veces con los postes caídos sobre el foso, se han localizado en Marroquíes (Lizcano *et al.*, 2004). Las murallas con considerable alzado de piedra más conocidas son las de Los Millares (Molina y Cámara, 2005; Cámara y Molina, 2013) donde los derrumbes sobre los fosos de los fortines han permitido calcular una altura superior a los 4,50 m. Los cálculos estructurales sobre los restos de Villavieja sugieren una altura similar (Garzón, 2015). Murallas con zócalos de piedra peor conservados se han localizado en otras áreas del Sudeste como la Cuenca de Vera con los ejemplos de Campos, Zájara, Santa Bárbara y Almirazaque (Cuevas de Almanzora, Almería) (Delibes *et al.*, 1986; Cámalich y Martín, 1999), o Las Pilas (Mojácar, Almería) (Alcaraz, 1992), en el Alto Guadalquivir con los yacimientos vinculados de Alcores-Albalate-Berral (Porcuna, Jaén) (Arteaga, 1987; Nocete, 1994) e incluso fortines como el Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaén) (Nocete, 1994). También entre el occidente de Granada y la provincia de Málaga se conoce tal tipo de murallas, sea en el ya referido Villavieja (Morgado *et al.*, 2012), en Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada) (Cámara *et al.*, en prensa a) sea en el Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga) (Martín y Recio, 2004).

En el caso del Cerro de la Virgen el aparejo de la muralla (Fig. 6), con una conservación excepcional, por encima de los 2 m, destaca por

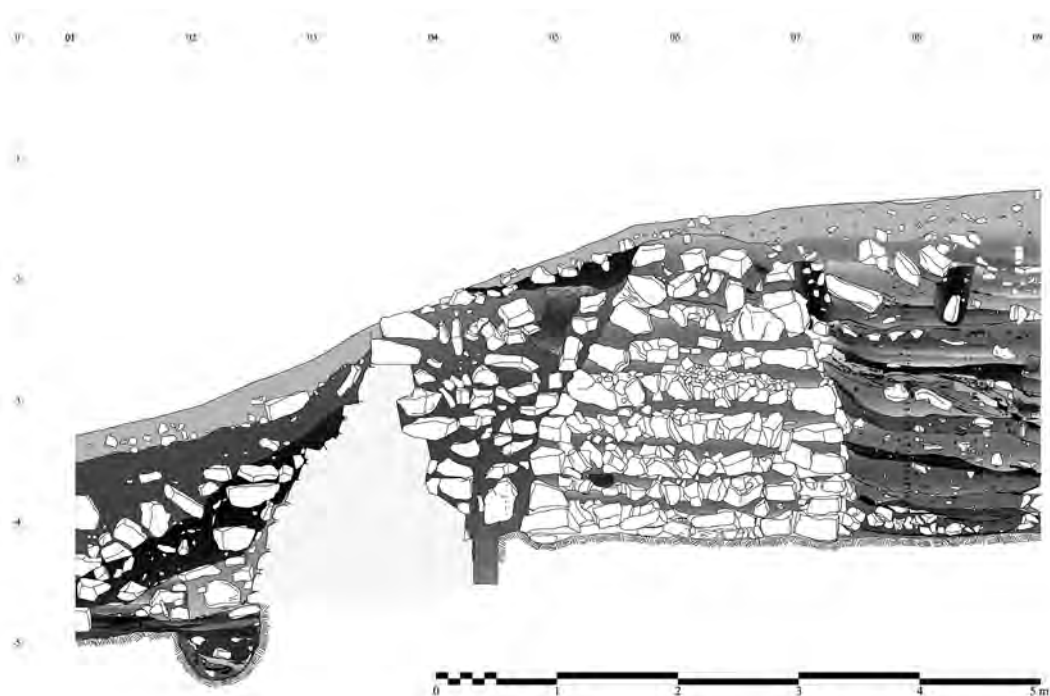


FIG. 6. Perfil estratigráfico del Cerro de la Virgen (Orce) con sección de la muralla (según Cámara *et al.*, en prensa b).

extracción de rocas volcánicas en el Cabo de Gata (Almería) para la fabricación de molinos (Carrión *et al.*, 1993).

En cuanto a las prácticas agropecuarias, la introducción de las especies domésticas, al menos desde el 5500 A.C. (Balsera *et al.*, 2015) se había considerado tradicionalmente como el inicio de un lento proceso de transformación (Vicent, 1990). Sin embargo, determinados datos sugieren que tanto la ganadería (Liesau y Morales, 2012) como la agricultura (Peña *et al.*, 2013) estaban plenamente asentadas ya en el último tercio del VI milenio A.C. Lo más interesante es que se han presentado datos sobre un temprano uso de los que se ha denominado productos secundarios ganaderos sea a partir de la composición de las cabañas (Riquelme, 1998), sea desde análisis químicos (Martí *et al.*, 2009). Estos apuntan al uso de los animales como productores de leche, sin contar con el hecho de que como productores de piel, sino de lana, debieron haber sido usados desde el primer momento. Hemos propuesto que la presencia de caballo, sobre cuyo carácter doméstico o salvaje todavía se discute para el Neolítico Reciente y los inicios del Calcolítico (Liesau, 2005), pudo estar relacionada con cambios en los usos de los animales en relación con las tareas agrícolas o, en general, de tracción, especialmente por la evolución de su relación proporcional con los bóvidos en Los Castillejos (Cámara y Riquelme, 2015). No parece haber duda sobre el carácter doméstico de los caballos de fines del III milenio A.C. en yacimientos como el Cerro de la Virgen (Driesch, 1972).

Fuera de esos aspectos, merece la pena destacar la importancia de los cerdos en determinadas zonas como el Alto Guadalquivir (Martínez, 2006; Cámara y Riquelme, 2015) o, en general, en el Calcolítico, como demuestra el Cerro de la Virgen (Driesch, 1972). Más allá de que el ambiente fuera en esos momentos ligeramente más húmedo (Yanes *et al.*, 2011) se trata, obviamente, de una elección humana hacia un animal productor de carne. El uso de ésta en determinadas ceremonias no deja de ser una hipótesis y no debió ser exclusiva en todo caso, dado que los sacrificios de determinados animales con fines ideológicos afectan también, y quizás de forma más frecuente, a bóvidos, ovinos y cánidos (Cámara *et al.*, 2010), estos últimos sin apenas uso alimentario en nuestra zona de estudio.

En lo que respecta a la agricultura, aunque otros sistemas de recolección pudieron haber sido empleados, la siega con hoces está probada desde finales del VI milenio A.C. (Perales *et al.*, 2015). Lo más interesante en relación con la práctica agrícola es la posibilidad, a tenor de los datos que se han obtenido recientemente, del cultivo de especies como la adormidera y el lino (Rovira, 2007) que se incluyen dentro de un espectro muy amplio de plantas aprovechadas por las comunidades, la mayoría de las cuales se siguen considerando silvestres, entre ellas muchos frutos. El caso que ha generado más discusión es el del olivo, cuya temprana manipulación humana, ha venido sugerida no sólo por la abundancia de restos sino también por el aumento progresivo del grosor de los anillos según los hallazgos del yacimiento de Los Millares (Rodríguez y Vernet, 1991). Otro aspecto destacable es el almacenaje de la producción pues, si bien se ha llamado la atención sobre el hecho de que no todas las fosas eran silos (Lizcano *et al.*, 1991-92) ni de que todas estuvieron en uso contemporáneamente (Márquez, 2001), algunas indudablemente se usaron para almacenar productos (también pecuarios) y nuevos sistemas de conservación de alimentos se fueron introduciendo como hemos referido al tratar la cerámica.

El control del territorio donde se desarrollaron esas prácticas y del que se recuperaron abundantes materias primas, al igual que la delimitación de los espacios de hábitat donde tuvieron lugar las actividades artesanales implicó la articulación de diversos sistemas más o menos eficientes que empleaban argumentos tanto materiales como ideológicos.

La delimitación sacra tuvo lugar a partir de monumentos megalíticos en determinadas zonas del área de estudio, especialmente en los valles del río Andarax-Nacimiento y su prolongación por el río de Gor en la provincia de Granada, el área dependiente de Los Millares, donde los sepulcros marcaban en su dispersión los territorios de explotación y especialmente las áreas cercanas a los cursos fluviales que conducían también a las áreas montañosas (Cámara *et al.*, 2014; Spanedda *et al.*, 2014). Las áreas cerca de los poblados más importantes también suelen mostrar una especial demarcación sacra sea en el Sudeste con los ejemplos de Los Millares y otros poblados como Terrera Ventura o El Búho (Tabernas) (Cámara *et al.*, 2014), sea en la Alta Andalucía con los ejemplos de Las Peñas de los Gitanos (Montefrío) (Montufo *et al.*, 2010) o Antequera (García, 2009), sea, sobre todo, en el valle del Almanzora, donde las pequeñas necrópolis rodean los asentamientos (Cámara, 2001).

En otras áreas del Sudeste, como los Altiplanos más orientales de Granada, y en el Alto Guadalquivir, tales sistemas de delimitación no se conocen.

Además de la dispersión de poblados, situados en zonas poco elevadas sobre los cauces fluviales, cerrados por murallas, empalizadas o terraplenes, acompañados normalmente de fosos, pequeños recintos (fortines) se conocen en varias zonas, especialmente en el Andarax (Cámara y Molina, 2013) y el Alto Guadalquivir (Nocete, 1994). Defensa externa y control interno han sido las funciones atribuidas a este tipo de yacimientos.

5. COYUNTURAS Y LARGA DURACIÓN EN LA PREHISTORIA RECIENTE DEL SUDESTE Y LA ALTA ANDALUCÍA

Mientras la introducción de las especies agropecuarias esenciales (trigo, cebada, escanda, esprilla, guisantes, habas, bóvidos, ovicápridos y suidos) fue un proceso mucho más rápido de lo que tradicionalmente se había planteado, los cambios socioeconómicos que facilitarían el desarrollo de la desigualdad social fueron mucho más lentos y se manifestaron en momentos aún más avanzados, utilizándose a menudo el ritual como una forma de enmascaramiento.

Como hemos sugerido la introducción de las especies domésticas, y especialmente las pecuarias, por un lado facilitó la acumulación y, por otro, aumentó los conflictos por el territorio (no tanto

como tierra agrícola, más allá de porciones muy cercanas a los asentamientos, sino sobre todo como terreno de pastos y zona de desplazamiento de personas y animales). En nuestra opinión éste es el primer aspecto que se hace visible en el registro arqueológico (en general) del sur de la Península Ibérica con tempranas formas de delimitación que incluso preceden (en la forma de representaciones rupestres) los momentos cronológicos que aquí estamos tratando. Aun cuando la mayoría de las representaciones no tienen una fácil lectura (Martínez, 2006) y aquí no nos hemos ocupado de ellas, la importancia de los animales no puede ser puesta en duda. Conflictos y actividades económicas, incluyendo ganadería y caza son visibles en las representaciones de arte levantino presentes en el extremo oriental del área tratada pero su cronología es aún más problemática (Hernández, 2013).

Con independencia de estos marcadores, y aún con la escasez de dataciones (Balsera *et al.*, 2015), puede considerarse, como ya propusiera J. Guilaine (1976), que también en esta región los primeros megalitos acompañan el inicio del Neolítico Reciente. Es incluso más difícil establecer si en esos momentos se enfatizó el control global del territorio o sólo de las zonas inmediatas a los asentamientos, especialmente porque los megalitos que muestran rasgos más arcaicos se sitúan en la cuenca de Vera donde, sobre todo, tienden a agruparse en pequeñas necrópolis entorno a los asentamientos.

El sistema de demarcación de rutas en su forma más elemental con la señalización de los puntos de inicio y fin debió estar definido, en cualquier caso, hacia el denominado Neolítico Final (c. 3500 A.C.), más de 2000 años después de la introducción de las estrategias agropecuarias en el área. Esta forma de delimitación implica por un lado la gestión comunal del territorio de explotación (incluyendo la de los pastos) y de las vías de desplazamiento (incluidas las que se transitan con los rebaños) y por otro, que los desplazamientos eran bastante comunes. Sin embargo la propiedad de los animales parece ser claramente familiar y probablemente desde su misma introducción.

En este sentido pueden leerse muchos de los diferentes contextos en que tales animales aparecen sacrificados en relación con prácticas rituales destinadas a la reproducción (ideológica) de los rebaños y de la propiedad (Cámara *et al.*, 2010), especialmente si pensamos que los complejos estructurales donde esas prácticas tuvieron lugar formaban parte de unidades residenciales y no las consideramos como parte de recintos exclusivamente ceremoniales. La vinculación de estos sacrificios a personas concretas se aprecia también desde fines del IV milenio A.C. como en el caso de su asociación a un enterramiento humano en el CE 7 de La Alberquilla (Cámara *et al.*, 2010); pero tales rituales se hacen más frecuentes y evidentes con las ofrendas que se depositan en los sepulcros de inhumación colectiva durante el III milenio A.C. y se constatan particularmente bien en las cuevas artificiales en el Tramo 3 del Sistema Tranviario de Jaén (Cámara *et al.*, 2012b).

Debemos recordar aquí que, en nuestra opinión (Cámara, 2001), la colectivización en los enterramientos durante la Edad del Cobre (el III milenio A.C.) no es sino un proceso de enmascaramiento de las diferencias sociales. Desde este punto de vista no sólo las ofrendas en los primeros enterramientos individuales/familiares son expresión de la importancia adquirida por el deseo de perpetuación de la familia y sus recursos propios; sino que los primeros monumentos funerarios destinados a pocas personas, también en el Sudeste (pese a sus problemas de cronología) deben responder al deseo de perpetuación de la vida más allá de la muerte y el desarrollo del culto a los ancestros relativamente particularizados. Sin embargo, de la misma forma que el desarrollo de la colectivización pondrá freno a la exhibición de las diferencias, diluyendo la individualidad de un ancestro particular en el grupo, las representaciones figuradas tienden a mostrar pocos rasgos que definan las personas, especialmente en el Sudeste y, en los contextos funerarios y hasta un momento relativamente avanzado del III milenio A.C. Hallazgos en el Fortín 1 de Los Millares y los «ídolos» antropomorfos del Alto Guadalquivir sugieren que en el Cobre Reciente la intención pasó a ser

aquella de definir más claramente los antepasados, y aunque se haya querido ver en estas estatuillas una representación de «divinidades», en este tipo de sociedades es el ancestro la verdadera vinculación entre el pasado, el presente y el futuro, la expresión de las creencias en la regeneración y, sobre todo, la justificación de la perpetuación de la estructura social en general y la posición social de la familia (más o menos extendida) en particular.

Otros elementos movilizados en estas tumbas, especialmente desde el III milenio A.C. comienzan a mostrar cómo la acumulación, fundamentalmente pecuaria, había facilitado el acceso a recursos exóticos y bienes de prestigio. Esto pudo tener lugar de diferentes formas, lo que explicaría, por las dificultades puestas a la manifestación de la diferenciación, el lapso temporal entre las diferentes formas de expresar la riqueza, especialmente si la amortización en los funerales era al mismo tiempo un riesgo (de pérdida excesiva de recursos) y una imposición (para destruir parte de lo acumulado). Hay que tener en cuenta, en cualquier caso, que la amortización de bienes no subsistenciales siempre era menos costosa en términos de reproducción de la propia riqueza que la de los propios medios de producción pecuarios. Los elementos exóticos y de prestigio podían corresponder además a la perpetuación (en la tumba) de símbolos de dependencia y adscripción por parte de aquellos que habían quedado imposibilitados para restituir los «favores» a las élites emergentes que habían acumulado más. En este sentido los adornos no sólo podrían representar, en su proliferación desde mediados del III milenio A.C., la amortiguación de los frenos a la demostración del poder social (al igual que se van apreciando diferencias en las tumbas de enterramiento colectivo) sino la constatación de que los símbolos (de deudas por fiestas, por matrimonios no equilibrados – dote, etc.) han adquirido un valor en sí mismos. La producción de adornos metálicos en este sentido llega a ser significativa. Las armas, por el contrario, se inscriben en otra dinámica que las convierten en continuadoras de una tradición de «medios de producción para la guerra» (Cámara, 2001).

En este contexto, el desarrollo artesanal viene, por una parte, propiciado por las demandas de un incremento de la producción para hacer frente a las obligaciones contraídas para mantener la posición social, y, especialmente, las que tienen que ver con las deudas de aquellos que no habían podido acumular lo suficiente para restituir los «favores» de las élites emergentes y que, en la práctica, habían quedado en posiciones de servidumbre, aunque fuera sólo evidente en las mismas fiestas o en las expediciones de rapiña. Así pueden interpretarse los cambios en las diferentes industrias líticas e incluso el desarrollo de la primera metalurgia, especialmente si esta última estuvo implicada en la producción de grandes hojas de sílex, utilizadas también en las actividades subsistenciales. Por otra parte un ulterior desarrollo, que afectaría también la metalurgia, la producción de adornos en diferentes materiales incluso no metálicos, y a la producción de objetos «rituales», como los ídolos representando los ancestros, vendría impulsado por los deseos de la élite de manifestar su poder y de ostentar símbolos de las deudas que con ellos habían contraído determinados sectores sociales. Este segundo aspecto se hará particularmente evidente en la segunda mitad del III milenio A.C. Un tercer aspecto del desarrollo artesanal afecta a la producción de elementos defensivo/ofensivos como los diferentes sistemas de cierre de los poblados y las armas, primero en sílex, con un complejo sistema de aprendizaje generalizado a ciertas capas de la población (Martínez y Afonso, 2003) y después en metal.

De hecho, los conflictos por el territorio se debieron hacer más agudos a medida que la acumulación diferencial progresaba y las únicas formas que tenían los endeudados para adquirir riqueza quedaban vinculadas a un crecimiento en extensión de las superficies que explotaban, para lo que además, careciendo a menudo de medios de producción móviles (animales de tracción), tendían a aumentar la propia fuerza de trabajo (generando más hijos). Ello era sólo una salida temporal ya que los hijos heredaban aún menos cabezas de ganado y/o tierra y su única posibilidad de salida, aparte de un trabajo artesanal que debía implicar aún más dependencia de los únicos que deman-

daban productos de calidad y que exigía destreza y un largo aprendizaje, era de nuevo buscar nuevas tierras y generar más hijos. La demanda de tierra chocaba con los intereses de las comunidades vecinas por lo que el conflicto se debió generar tempranamente e ir en aumento. Además el conflicto abría una vía de acumulación rápida de medios de producción (animales y siervos/esclavos). Este proceso de nuevo favorecía a las élites por su mayor capacidad de movilización de recursos y dependientes. En este caso, además, ciertos jefes de grupos familiares amplios (clanes) al proporcionar más «guerreros» sí pudieron encontrar una salida que superara el círculo vicioso de crecimiento demográfico para mantener la posición evitando el empobrecimiento de los herederos.

Una de las primeras expresiones de este conflicto estaría en la proliferación de recintos con empalizada/terraplén y foso, si no los consideramos meramente como recintos rituales, ya a mediados del IV milenio A.C., si no antes, pero la situación se hace más compleja a partir de finales del IV milenio A.C. y las fortificaciones en piedra y adobe se generalizan en las siguientes centurias. Dentro de estos poblados las diferencias internas en residencia y consumo son ya visibles como se constata en Los Millares (Navas *et al.*, 2008). La generalización de estas fortificaciones, con dificultad para ser defendidas en toda su extensión pero también casi imposibles de tomar a no ser por las puertas (Cámara y Molina, 2013), provocó un bloqueo en el crecimiento por agresión y conquista, como se puede ver en la consolidación de las fronteras de Las Campiñas del Alto Guadalquivir (Nocete, 1994) y el Pasillo de Tabernas (Spanedda *et al.*, 2015) durante el Cobre Reciente. Los costes de la defensa se añadieron a la presión soportada por las bases empobrecidas, sin ningún beneficio para ellas. Las élites exigieron contribuciones para garantizar la protección, a menudo en nombre de una comunidad/estado que quedaba realmente representada por ellos y, en muchas áreas, los yacimientos destinados al control y fortificados aparecieron no sólo hacia el exterior sino como forma de garantizar el sometimiento de los que debían contribuir al presunto bien común. A la larga el sistema pudo generar suficientes descontentos, entre los dominados pero también entre las élites emergentes (y especialmente aquéllas encargadas de la defensa) para descomponerse (Nocete, 1994) pero ciertos fenómenos naturales como el empeoramiento climático pudieron también contribuir (Yanes *et al.*, 2011).

Está claro que, entre fines del III milenio A.C. y principios del II, todo enmascaramiento ha desaparecido, las élites exhiben su poder en todo tipo de asentamientos (centros políticos y asentamientos dependientes de nueva fundación) que se defienden en posiciones más escarpadas y con un sistema que implica la proliferación de pequeños núcleos de población de nueva fundación y con gran intervisibilidad siendo menos frecuentes los fortines (Molina y Cámara, 2009) enfatizándose el control de ciertas áreas especialmente defendidas cerca de asentamientos de gran tamaño (Lull *et al.*, 2014). Las formas ideológicas destinadas a suprimir la acumulación como las fiestas (que tuvieron el efecto contrario), desaparecen, la propiedad está plenamente asentada, la adscripción perpetuada y reproducida por mecanismos que implican una continua amortización de riqueza ritual en los funerales para mantener la posición social y que los más desfavorecidos no pueden mantener (Cámara y Molina, 2009) ni recurriendo a la agresión y conquista (Cámara, 2001). A la larga este sistema también se revelará inviable pero la salida, a fines del II milenio, en contra de lo que se propone habitualmente, conducirá a una sociedad aún más jerárquica, con ciertos enmascaramientos, en la que sólo la élite moviliza riqueza en los rituales (depósitos) y en la que prácticamente toda la población queda sujeta, en uno u otro modo, a esta élite, incluso en términos residenciales en poblados con agrupaciones de cabañas dispersas correspondientes a los diferentes grupos familiares definidos no sólo en sentido agnaticio sino también y sobre todo cognaticio (político) que compiten entre sí.

En definitiva los cambios estructurales se desarrollaron muy lentamente aunque su inicio tuvo lugar en una coyuntura bien precisa, la introducción de la agricultura y especialmente la ganade-

ría en torno al 5500 A.C. Otras coyunturas pueden situarse en las divisiones tradicionales de la Prehistoria Reciente en el cuadrante sudeste de la Península Ibérica. La mayor preocupación por la delimitación de los territorios necesarios para expandir el sistema agropecuario y el impulso de actividades artesanales destinadas a la producción de elementos relacionados con la subsistencia (hojas prismáticas en sílex, elementos relacionados con la actividad textil...) así como la proliferación de un nuevo sistema de hábitat al aire libre con la cercanía de viviendas, zonas de almacenaje y áreas rituales vinculadas a cada familia se desarrollaron a comienzos del Neolítico Reciente, en torno al 4000 A.C. Posiblemente en esos mismos momentos determinadas personas fueron consideradas por sus parientes como ancestros de particular importancia y se desarrolló el ritual de enterramiento destinado a justificar el poder de determinadas familias pero usado también en la demarcación territorial. Esto coincide con un aumento de la aridez del clima. El incremento de los conflictos territoriales tendría lugar en torno al 3500 A.C., Neolítico Final, cuando aparecen los primeros «recintos de foso» y la situación debió complicarse aún más porque a partir de fines del IV milenio A.C. con el advenimiento de la Edad del Cobre, proliferan las fortificaciones en piedra. En esos momentos parece introducirse la metalurgia cuyo impacto en la actividad de producción de hojas de sílex, en la actividad textil y en el armamento (posteriormente) no puede minusvalorarse, con recintos especializados como el de Los Millares. No está tan claro si los fortines de Los Millares aparecen hacia el 2500 A.C. o el control del territorio interno se puede considerar que se ejerce ya desde el Cobre Pleno (en torno al 2800 A.C.) pero sí es seguro que en el Cobre Reciente se intensificaron las relaciones exteriores, destinadas a la justificación de unas élites que ya se habían identificado plenamente con la comunidad, obtenían no sólo servicios (como anteriormente lo hicieron por las deudas más o menos reales) sino tributos en especie en nombre de la comunidad con la que se identificaron y abandonaron progresivamente el enmascaramiento ideológico del ritual de enterramiento colectivo que, en cualquier caso, no debió afectar previamente al ritual implicado en cada uno de los funerales individuales pero sí que facilitaba el olvido de unas diferencias incómodas para el mantenimiento de la cohesión interna en un contexto de conflicto externo impulsado por la necesidad de acumular para mantener la posición social y salir (o evitar caer) de la dependencia.

La principal coyuntura tiene lugar a fines del III milenio A.C., una vez más coetáneamente con un cambio ambiental que pone fin a una relativa mejora climática en los siglos centrales del III milenio A.C. Intereses de élites en conflicto y de masas sobreexplotadas debieron coincidir en el fin del sistema de producción tributario precedente conduciendo a un nuevo sistema que consideramos que, aun siendo tributario, supuso una mayor tasa de presión sobre un sector de población más reducido (siervos dependientes ahora directamente de la familia y/o esclavos).

6. AGRADECIMIENTOS

Este trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación *Dieta y movilidad en la Prehistoria Reciente de Andalucía. Un estudio de la jerarquización social a partir del registro funerario* (P12-HUM-1510), financiado por la Consejería de Economía, Innovación, Ciencia y Empleo de la Junta de Andalucía.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

- Afonso, J. A.; Cámara, J. A. (2006) – The role of the means of production in social development in the Late Prehistory of the Southeast Iberian Peninsula. In Díaz Del Río, P.; García, L. (eds. lits.) – *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Oxford: B. A. R., p. 133-148. (BAR International Series; 1525).
- Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Martínez, G.; Molina, G. (2011) – Objetos en materias primas exóticas y estructura jerárquica de las tumbas de la necrópolis de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería, España). In García, L.; Scarre, C.; Wheatley, D. (eds. lits.) – *Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 295-333. (Menga Revista de Prehistoria de Andalucía, Monografía n.º 1).
- Alcaraz, F. M. (1992) – Excavación arqueológica de emergencia en Las Pilas-Huerta Seca (Mojácar, Almería). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla, 1990:III, p. 18-24.
- Altamirano, M. (2013) – *Hueso, asta, marfil y concha. Aspectos tecnológicos y socioculturales durante el III y II Milenio A.C. en el sur de la Península Ibérica*. Granada. Tesis Doctoral. Universidad de Granada.
- Arribas, A.; Craddock, P.; Molina, F.; Rothenberg, B. (1989) – Investigación arqueometalúrgica en yacimientos de las Edades del Cobre y del Bronce de Iberia. In Domergue, C. (coord.) – *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas*. Madrid, I, p.71-79.
- Arribas, A.; Molina, F. (1979) – Nuevas aportaciones al inicio de la metalurgia en la Península Ibérica. El poblado de Los Castillejos de Montefrío, (Granada). In Ryan, M. (ed. lit.) – *Proceedings of the fifth Atlantic Colloquium*, Dublin, p. 7-34.
- Arteaga, O. (1987) – Excavaciones arqueológicas sistemáticas en El Cerro de los Alcores (Porcuna, Jaén). Informe preliminar sobre la campaña de 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla, 1985: II., p. 279-288.
- Balsera, V.; Bernabeu, J.; Costa, M.; Díaz Del Río, P.; García, L.; Pardo, S. (2015) – The Radiocarbon Chronology of Southern Spain's Late Prehistory (5600–1000 cal BC): A Comparative Review. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford 34:2, p. 139-156.
- Barba, V.; Navarro, A. (2010) – La excavación arqueológica en la Ciudad de la Justicia de Jaén. *Ciudad de la Justicia de Jaén. Excavaciones Arqueológicas*. Consejería de Justicia y Administración Pública de la Junta de Andalucía. Sevilla, pp. 69-89.
- Berdichewsky, B. (1964) – *Los enterramientos del Bronce I Hispánico*. Biblioteca Prehistórica Hispánica. Madrid.
- Blance, B. (1971) – *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*. S.A.M. 4. Berlín.
- Cámlich, M.ª D.; Martín, D. (1999) – *El territorio almeriense desde los inicios de la producción hasta fines de la Antigüedad. Un modelo: La Depresión de Vera y cuenca del río Almanzora*. Arqueología Monografías. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. Sevilla.
- Cámara, J. A. (2001) – *El ritual funerario en la Prehistoria Reciente en el Sur de la Península Ibérica*. BAR International Series 913, Oxford.
- Cámara, J. A. (2010) – Los primeros objetos metálicos. In Moral Jimeno, M. (coord.) – *Baeza. Arte y patrimonio*. Baeza. p. 149-150.
- Cámara, J. A.; Riquelme, J. A.; Pérez, C.; Lizcano, R.; Burgos, A.; Torres, F. (2010b) – Sacrificio de animales y ritual en El Polideportivo de Martos – La Alberquilla (Martos, Jaén). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 20, p. 295-327.
- Cámara, J. A.; Molina González, F. (2006) – Selection of data, determinism and scientific relevance in interpretations of social development in the Late Prehistory of the Southeast. In Díaz Del Río, P.; García, L. (eds. lits.) – *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Oxford: B. A. R., p. 21-36 (BAR International Series; 1525).
- Cámara, J. A.; Molina, F. (2009) – El análisis de la ideología de emulación: el caso de El Argar. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 19, p. 163-194.
- Cámara, J. A.; Molina, F. (2013) – Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23, p. 99-132.
- Cámara, J. A.; Molina, F. (2015) – Implantación, diversidad y duración del Megalitismo en Andalucía. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias*. Lisboa. 8, p. 598-609. Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular.
- Cámara, J. A.; Riquelme, J. A. (2015) – Formas y condiciones de la sedentarización en el Alto Guadalquivir. Economía y Hábitat entre el IV y el III milenios A.C. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias*. Lisboa. 8, p. 339-348. Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular.

- Cámara, J. A.; Spanedda, L.; Gómez, E.; Lizcano, R. (2011) – La discusión sobre la función de los fosos en la Prehistoria Reciente del sur de la Península Ibérica: modas y temores. In Abellán, J.; Lazarich, M.; Castañeda, V. (dirs.) – *Homenaje Al Profesor Antonio Caro Bellido. Vol. I. Prehistoria y Protohistoria de Andalucía y Levante*. Cádiz. p. 61-80.
- Cámara, J. A.; Spanedda, L.; Sánchez, R.; García, M. F.; González, A.; Nicas, J. (2012a) – La cronología absoluta de Marroquíes (Jaén) en el contexto de la Prehistoria Reciente del Alto Guadalquivir. *Antiquitas*. Priego de Córdoba. 24, p. 81-94.
- Cámara, J. A.; Sánchez, R.; Laffranchi, Z.; Martín, S.; Riquelme, J. A.; Spanedda, L.; García, M. F.; González, A.; Jiménez, S. A.; Nicas, J. (2012b) – La cronología y variedad de los sistemas funerarios en Marroquíes. Una aproximación desde las excavaciones del sistema tranviario de Jaén. *Sagvuntum*. Valencia. 44, p. 47-66.
- Cámara, J. A.; Alcaraz, F. M.; Molina, F.; Montufo, A. M.; Spanedda, L. (2014) – Monumentality, Visibility and Routes Control in Southeastern Iberian Megalithic Sites. In Schulz, B.; Gaydarska, B. (eds. lits.) – *Neolithic and Copper Age Monuments: Emergence, function and the social construction of the landscape*. Oxford: B. A. R., p. 89-106 (BAR International Series; 2625).
- Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Molina, F. (en prensa a) – La ocupación de las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada) desde el Neolítico al mundo romano. Asentamiento y ritual funerario. In Pedregosa, R. (coord.) – *Arqueología e Historia de un paisaje singular. La Peña de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Montefrío. (Ayuntamiento de Montefrío/ Ministerio de Cultura).
- Cámara, J. A.; Molina, F.; Pérez, C.; Spanedda, L. (en prensa b) – A new reading on Chalcolithic fortifications at Cerro de la Virgen (Orce, Granada, Spain). In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (orgs.) – *Within Ditches And Walls. Settlements, Fortifications, Enclosures, Monuments, Villages And Farms In The Third Millenium BCE*.
- Capel, J.; Molina, F.; Nájera, T.; Linares, J.; Huertas, F. (2001) – Aproximación al estudio de procedencia y tecnología de fabricación de las cerámicas campaniformes del yacimiento de la Edad del Cobre de Los Millares. In *Actas del III Congreso Nacional de Arqueometría*. Sevilla, p. 207-214.
- Carrasco, J. L.; Pachón, J. A.; Martínez, F. (2010) – Las necrópolis neolíticas en Sierra Harana y sus estibaciones (Granada). Nuevos modelos interpretativos. *Antiquitas*. Priego de Córdoba. 22, p. 21-33.
- Carrión, F.; Alonso, J. M.; Rull, E.; Castilla, J.; Ceprián, B.; Martínez, J. L.; Haro, M.; Manzano, A. (1993) – Los recursos abióticos y los sistemas de aprovisionamiento de rocas por las comunidades prehistóricas del S.E. de la península ibérica durante la Prehistoria Reciente. In Campos, J. M.; Nocete, F. (coords.) – *Investigaciones arqueológicas en Andalucía. 1985-1992. Proyectos (Huelva, 1993)*. Huelva. p. 295-309.
- Carrión, F.; Lozano, J. A.; García, D.; Muñoz, R.; Félix, P.; López, C. F.; Esquivel, J. A.; Mellado, I. (2009) – Estudio geoarqueológico de los dólmenes de Antequera. In Ruiz, B. (coord.) – *Dólmenes de Antequera. Tutela y valoración hoy. PH Cuadernos*. Sevilla. 23, p. 144-163.
- Castro, P. V.; Escanilla, N.; Oltra, J.; Escoriza, T.; Sarkis, D. (2010) – Unlike Communities: Domestic Architectural Duality in Late Prehistory of the Western Mediterranean. In Bettencourt, A. M. S.; Sanches, M. J.; Alves, L. B.; Fábregas, R. (eds. lits.) – *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. Oxford: B. A. R., p. 143-152 (BAR International Series; 2058).
- Close, A. E. (2010) – Inherited Social Difference at the Edges of Flakes. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 20, p. 291-322.
- Costa, M.E. (2009) – Jaén. In García, L.; Ruiz, B. (coords.) – *Las grandes piedras de la Prehistoria. Sitios y Paisajes Megalíticos de Andalucía*. Antequera. p. 184-197.
- Delibes, G.; Fernández-Miranda, M.; Fernández-Posse, M. D.; Martín, C. (1986b) – Die Kupferzeitliche Siedlung von Almizaraque (Cuevas de Almanzora, prov. de Almería). *Madridier Mitteilungen*. 27, p. 11-26.
- Díaz Del Río, P. (2013) – Las agregaciones de población del III milenio AC en la Península Ibérica. In García, L.; Vargas, J. M.; Hurtado, V.; Ruiz, T.; Cruz-Auñón, R. (eds. lits.) – *El asentamiento prehistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla). Investigación y Tutela en el 150 aniversario del descubrimiento de La Pastora*. Sevilla. p. 65-76.
- Dietler, M. (2001) – Theorizing the Feast: Ritual of Consumption, Commensal Politics, and Power in African Contexts. In Dietler, M.; Hayden, B. (eds. lits.) – *Feasts. Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power*. Washington and London. p. 65-114.
- Driesch, A. von den (1972) – Osteoarchäologische Untersuchungen auf der Iberischen Halbinsel, *STIH 3*, Munchen.

- Eiroa, J. J. (1990) – Datación absoluta del poblado eneolítico de La Salud y de Cueva Sagrada I (Lorca), Murcia. *Homenaje a Jerónimo Molina*. Murcia. p. 39-50.
- Esquivel, J. A.; Navas, E. (2005) – The geometry and the metric used in the enclosure «Fortín 1» at Copper Age site of Los Millares (Almería, Andalusia). *Journal of Archaeological Science*. 32, p. 1577-1586.
- Esquivel, J. A.; Navas, E. (2007) – Geometric architectural pattern and constructive energy analysis at Los Millares Copper Age Settlement (Santa Fe de Mondújar, Almería, Andalusia). *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 34, p. 894-904.
- García, L. (2009) – Introducción a los sitios y paisajes megalíticos de Andalucía. In García, L.; Ruiz, B. (coords.) – *Las grandes piedras de la Prehistoria. Sitios y Paisajes Megalíticos de Andalucía*. Antequera. p. 12-31.
- García, P.; Aura, J. E.; Bernabeu, J.; Jordá, J. E. (2010) – Nuevas perspectivas sobre la neolitización en la cueva de Nerja (Málaga – España): la cerámica de la Sala del Vestíbulo. *Zephyrus*. LXVI, p. 109-132.
- García-Alix, A.; Jiménez, F. J.; Lozano, J. A.; Jiménez, G.; Martínez, F.; García, L.; Aranda, G.; García, E.; Ruiz, G.; Scott Anderson, R. (2013) – Anthropogenic impact and lead pollution throughout the Holocene in Southern Iberia. *Science of the Total Environment*. 449, p. 451-460.
- Garzón, J. (2015) – *La muralla de Villavieja, una perspectiva arquitectónica*. Trabajo Fin de Máster. Universidad de Granada.
- Gilman, A. (1976) – Bronze Age dynamics in South-east Spain. *Dialectical Anthropology*. 1, p. 307-319.
- Godelier, M. (1989) – *Lo ideal y lo material. Pensamiento, economías, sociedades*. Barcelona: Taurus. 1989 (1984).
- Gonçalves, V. S. (2002) – Cobre, RPS e fortificações no Centro e Sul de Portugal (ontem, hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal, *Arqueologia & História*. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. 54, p. 87-102.
- Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C.; Costeira, C. (2013) – Walls, gate and towers. Fortified settlements in the south and centre of Portugal: Some note about violence and wall in the 3rd millennium bce. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23, p. 35-97.
- Guilaine, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris.
- Harris, M. (1990) – *Introducción a la antropología general*. Alianza Universidad Textos. Alianza. Madrid. 37, (4.ª edic.) (1985).
- Hayden, B. (2009) – Funerals As Feasts: Why Are They So Important?. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 19:1, p. 29-52.
- Hernández, M. S. (2013) – Reflexiones sobre los artes esquemáticos entre las cuencas de los ríos Segura y Júcar. In Martínez, J.; Hernández, M. (coords.) – *Actas del II Congreso de Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica (Comarca de Los Vélez, 5-8 de Mayo 2010)*. Vélez Blanco. p. 141-152.
- Kalb, Ph. (1969) – El poblado del Cerro de la Virgen de Orce (Granada). *X Congreso Nacional de Arqueología (Mahón, 1967)*. Zaragoza. p. 216-225.
- Lechuga, M. Á.; Soto, M.; Rodríguez, M. O. (2014) – El poblado calcolítico «Venta del Rapa» (finales III milenio Cal. BC.), Mancha Real, Jaén. Un recinto de fosos entre las estribaciones de Sierra Mágina y el Alto Guadalquivir. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71:2, p. 353-367.
- Liesau, C. (2005) – Arqueozoología del caballo en la antigua Iberia. *Gladius*. XXV, p. 187-206.
- Liesau, C.; Morales, A. (2012) – Las transformaciones económicas del Neolítico en la Península Ibérica: la ganadería. In Rojo, M. Á.; Garrido, R.; García, Í. (coords.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Cátedra. p. 107-128.
- Lizcano, R.; Cámara, J. A.; Riquelme, J. A.; Cañabate, M.ª L.; Sánchez, A.; Afonso, J. A. (1997) – El Polideportivo de Martos. Estrategias económicas y símbolos de cohesión en un asentamiento del Neolítico Final del Alto Guadalquivir. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 16-17 (1991-92), p. 5-101.
- Lizcano, R.; Cámara, J. A.; Contreras, F.; Pérez, C.; Burgos, A. (2004) – Continuidad y cambio en comunidades calcolíticas del Alto Guadalquivir. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 159-175.
- Lozano, J. A.; Carrión, F.; Morgado, A.; García, D.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Molina, F.; Cámara, J. A. (2010) – Materias primas, productos líticos y circulación. Informe preliminar del estudio de los ajueres de la necrópolis de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería). In Domínguez, S.; Ramos, J.; Gutiérrez, J. M.ª; Pérez, M. (eds. lits.) – *Minerales y rocas en las sociedades de la Prehistoria*. Universidad de Cádiz. Cádiz. p. 285-295.
- Lull, V. (1983) – *La «Cultura» del Argar. Un modelo para el estudio de las formaciones económico-sociales prehistóricas*. Madrid: Akal.

- Lull, V.; Micó, R.; Rihuete, C.; Risch, R. (2014) – The La Bastida fortification: new light and new questions on Early Bronze Age societies in the western Mediterranean. *Antiquity*. Priego de Córdoba. 88, p. 395-410.
- Marqués, I.; Ferrer, J. E.; Márquez, J. E. (1992) – Actuaciones en el yacimiento de Alcaide (Antequera, Málaga) durante la campaña de 1990. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1990:II, p. 210-212.
- Márquez, J. E. (2002) – De los «Campos de Silos» a los «Agujeros Negros»: Sobre pozos, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica, *Spal. Homenaje al Profesor Pellicer (I)*. Sevilla.10 (2001), p. 207-220.
- Márquez, J. E.; Jiménez, V. (2013) – Monumental ditched enclosures in southern Iberia (fourth-third millennia BC). *Antiquity*. 87:336, p. 447-460.
- Martí, B. (1978) – El Neolítico de la Península Ibérica. Estado actual de los problemas relativos al proceso de neolitización y evolución de las culturas neolíticas. *Saguntum*. Valencia. 13, p. 39-98.
- Martí, B.; Capel, J.; Juan, J. (2009) – Una forma singular de las cerámicas neolíticas de la Cova de l'Or (Beniarrés, Alicante): los vasos con asa-pitorro. *De la Mediterrannée et d'ailleurs... Melanges offerts à Jean Guilaine*. Archives d'Écologie Préhistorique. Toulouse. p. 463-482
- Martín, E.; Recio, Á. (2004) – Aportación de la documentación arqueológica del Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga) al desarrollo de las comunidades calcolíticas de las tierras orientales de Málaga. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 341-351.
- Martínez, G.; Afonso, J. A. (2003) – Formas de disolución de los sistemas sociales comunitarios en la Prehistoria Reciente del sur de la Península Ibérica. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 6 (2003), p. 83-114.
- Martínez, G.; Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Molina, F. (2009) – Desarrollo histórico de la producción de hojas de sílex en Andalucía oriental. In Gibaja, J. F.; Terradas, X.; Palomo, A.; Clops, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la prehistòria*. Actes. Barcelona. Monografies 13, p. 15-24.
- Martínez, J. (2006) – La pintura rupestre esquemática en el proceso de transición y consolidación de las sociedades productoras. In Martínez, J.; Hernández, M. (eds. lits.) – *Arte rupestre Esquemático en la Península Ibérica. Comarca de Los Vélez (5-7 de mayo 2004)*. Vélez Blanco. p. 85-118.
- Meillassoux, C. (1987) – *Mujeres, graneros y capitales. Economía doméstica y capitalismo*. S. XXI. México. (8.ª edición) (1975).
- Molina, F. (1988) – El Sudeste. *Rassegna di Archeologia*. Firenze. 7, p. 256-262.
- Molina, F.; Cámara, J. A. (2005) – *Guía del yacimiento arqueológico Los Millares*. Junta de Andalucía. Sevilla.
- Molina, F.; Cámara, J. A. (2009) – La cultura argárica en Granada y Jaén, In Hernández, M. S.; Soler, J. A.; López, J. A. (eds. lits.) – *En los confines del Argar. Una cultura de la Edad del Bronce en Alicante*. Museo Arqueológico y Fundación MARQ. Alicante. p. 196-223.
- Molina, F.; Cámara, J. A.; Capel, J.; Nájera, T.; Sáez, L. (2004) – Los Millares y la periodización de la Prehistoria Reciente del Sudeste. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 142-158.
- Molina, F.; Cámara, J. A.; López, J. A. (2012) – Andalucía. In Rojo, M. Á.; Garrido, R.; García, Í. (coords.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Cátedra p. 405-462.
- Montero, I. (1999) – Sureste. In Delibes, G.; Montero, I. (coords.) – *Las primeras etapas metalúrgicas en la Península Ibérica. II. Estudios regionales*. Madrid. p. 333-354.
- Montero, I.; Murillo, M. (2014) – Difusión o innovación tecnológica: los inicios de la metalurgia en la Península Ibérica. In García, E. (ed. lit.) – *Movilidad, contacto y cambio. II Congreso de Prehistoria de Andalucía (Antequera, 15, 16 y 17 de febrero de 2012)*. Antequera. p. 65-72.
- Montufo, A. M.; Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Molina, F. (2010) – Visibility and monumentality in Western Granada Late Prehistory Graves. A GIS Approach. In Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Spanedda, L. (eds. lits.) – *Links between megalithism and hypogeism in Western Mediterranean Europe*. Oxford: B. A. R., p. 29-51 (BAR International Series; 2151).
- Morgado, A.; Martínez, F.; Garzón, J.; Jiménez, F.; Berdejo, A.; Bermúdez, R.; Ruiz-Ruano, F.; Gutiérrez, M.; Fernández, S.; Ortiz, J. M.; Lozano, J. A. (2013) – Villavieja (Algarinejo, Granada), un recinto amurallado de la Edad del Cobre en el Poniente Granadino. Avance de la campaña de 2012. *Antiqvitas*. Priego de Córdoba. 25, p. 39-48.
- Morgado, A.; Pelegrin, J.; Aubry, T.; Lozano, J. A. (2009) – La producción especializada de grandes láminas del sur y oeste de la Península Ibérica. In Gibaja, J. F.; Terradas, X.; Palomo, A.; Clops, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la prehistòria*. Actes. Barcelona. Monografies 13, p. 89-97.

- Murillo, M.; Martínón, M. (2012) – Amber sources and trade in the prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. 15:2, p. 1-30.
- Murillo, M.; Montero, I. (2012) – Copper Ornaments in the Iberian Chalcolithic: Technology versus Social Demand. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 25:1, p. 53-73.
- Murillo, M.; Costa, M. E.; Díaz-Guardamino, M.; García, L.; Mora Molina, C. (2015b) – A Reappraisal of Iberian Copper Age Goldwork: Craftmanship, Symbolism and Art in a Non-funerary Gold Sheet from Valencina de la Concepción. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 25:3, p. 565–596.
- Navas, E.; Esquivel, J. A.; Molina, F. (2008) – Butchering Patterns and Spatial Distribution of Faunal Animal Remains Consumed at the Los Millares Chalcolithic Settlement (Santa Fe de Mondújar, Almería, Spain). *Oxford Journal of Archaeology*. 27:3, p. 325-339.
- Nocete, F. (1994) – *La formación del Estado en Las Campiñas del Alto Guadalquivir (3000-1500 a.n.e.)*. Monográfica Arte y Arqueología. Universidad de Granada. Granada. 23.
- Nocete, F. (2006) – The first specialized copper industry in the Iberian Peninsula: CabezoJuré (2900-2200 BC). *Antiquity*. 80, p. 646-657.
- Nocete, F.; Ruiz, A.; Molinos, M.; Castro, M. (1986) – Productos, lugares de actividad y estructuras en el asentamiento del Cobre Final del Cerro de La Coronilla (Cazalilla, Jaén). *Arqueología Espacial*. Teruel. 8, p. 203-218.
- Nocete, F.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Cruz-Auñón, R.; Cabrero, R.; Alex, E.; Bayona, M. R. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium B.C.: an expression of a core/periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. Orlando. 24, p. 62-81.
- Nocete, F.; Queipo, G.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Inácio, N.; Bayona, M. R.; Péramo, A.; Vargas, J. M.; Cruz-Auñón, R.; Gil, J. I.; Santos, J. F. (2008) – The smelting quarter of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): the specialised copper industry in a political centre of the Guadalquivir Valley during the Third millennium BC (2750-2500 BC). *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 35, p. 717-732.
- Nocete, F.; Sáez, R.; Bayona, M. R.; Peramo, A.; Inacio, N.; Abril, D. (2011) – Direct chronometry (14C AMS) of the earliest copper metallurgy in the Guadalquivir Basin (Spain) during the Third millennium BC: first regional database. *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 38:12, p. 3278-3295.
- Nocete, F.; Vargas, J. M.; Schuhmacher, T. X.; Banerjee, A.; Dindorf, W. (2013) – The ivory workshop of Valencina de la Concepción (Seville, Spain) and the identification of ivory from Asian elephant on the Iberian Peninsula in the first half of the 3rd millennium BC. *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 40:3, p. 1579-1592.
- Pau, C., 2015 – *Elementos de adorno en época campaniforme en Sicilia, Cerdeña y Córcega*. Granada. Tesis Doctoral. Universidad de Granada.
- Peña, L. (1999) – *Prehistoric Agriculture in Southern Spain during the Neolithic and the Bronze Age. The application of ethnographic models*. Oxford: B. A. R. (BAR International Series, 818).
- Peña, L., Pérez, G., Morales, J., Vera, J. C. (2013) – ...Y llegaron los agricultores: agricultura y recolección en el occidente del Mediterráneo. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Sevilla. 4, p. 15-34.
- Perales, U.; Gibaja, J. F.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Serrano, J. A.; Molina, F. (2015) – Análisis funcional del utillaje laminar del Neolítico antiguo de Castillejos de Montefrío (Granada). *Spal*. Sevilla. 24, p. 15-33.
- Pereira, F.; Silva, R. J. C.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 40:4, p. 2045-2056.
- Pérez, C.; Cámara, J. A. (1999) – Intervención arqueológica en Marroquíes Bajos (Jaén). Sector Urbanístico RP-4. Parcela G-3. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1995:III, p. 256-270.
- Riquelme, J. A. (1998) – *Contribución al estudio arqueofaunístico durante el Neolítico y la Edad del Cobre en las Cordilleras Béticas: el yacimiento arqueológico de Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Granada Tesis Doctoral. Universidad de Granada.
- Rivera, D.; Obón, C. (1987) – Apéndice II. Informe sobre los restos vegetales procedentes del enterramiento calcolítico de la Cueva Sagrada (comarca de Lorca, Murcia). *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Murcia. 3, p. 31-37.
- Rodríguez, M. O.; Vernet, J. L. (1991) – Premiers résultats paléocarpologiques de l'établissement Chalcolithique de Los Millares, Almería, d'après l'analyse anthracologique de l'établissement. In Waldren, W. H.; Ensenyat, J. A.; Kennard, R. C. (eds. lits.) – *IInd Deya International Conference of Prehistory. Recent developments in Western Mediterranean Prehistory: Archaeological techniques, technology and theory. Vol. I. Archaeological techniques and technology*. Oxford: B. A. R., p. 1-16. (BAR International Series; 573).

- Rovira, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica, *Norba. Revista de Historia*. Cáceres. 17, p. 9-40.
- Rovira, N. (2007) – *Agricultura y gestión de los recursos vegetales en el sureste de la Península Ibérica durante la Prehistoria Reciente*. Barcelona. Tesis Doctoral, Universitat Pompeu Fabra.
- Salvatierra, V. (1982) – *La evolución de la industria ósea del Neolítico al Bronce en Granada*. Granada. Universidad de Granada.
- Sánchez, A.; Cañabate, M. L.; Lizcano, R. (1996) – Phosphorus analysis at archaeological sites: an optimization of the method and interpretation of the results, *Archaeometry*. London. 38:1, p. 151-164.
- Schüle, W. (1980) – *Orce und Galera: zwei Siedlungen aus dem 3 bis 1 Jahrtausend v. Chr. Im Südosten der Iberischen Halbinsel I: übersicht über die Ausgrabungen 1962-1970*. Mainz am Rhein. Phillip von Zabern.
- Sherratt, A. G. (1981) – Plough and pastoralism: aspects of the Secondary Products Revolution. In Hodder, I.; Isaac, G.; Hammond, N. (eds. lits.) – *Pattern of the Past*. Cambridge: University Press, p. 261-306.
- Spanedda, L.; Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Molina, F.; Montufo, A. M.; Pau, C.; Haro, M. (2014) – Tomb Location and Grave Goods: Continuous Use and Destruction in the Rio de Gor Megalithic Necropoleis. In Schulz, B.; Gaydarska, B. (eds. lits.) – *Neolithic and Copper Age Monuments: Emergence, function and the social construction of the landscape*. Oxford: B. A. R., p. 107-124 (BAR International Series; 2625).
- Spanedda, L.; Alcaraz, F. M.; Cámara, J. A.; Molina, F.; Montufo, A. M. (2015) – Demografía y control del territorio entre el IV y el III milenios A.C. en el Pasillo de Tabernas (Almería, España). In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias*. Lisboa. 8, p. 359-368. (Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular).
- Spanedda, L.; Molina, F.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Cámara, J. A.; Gámiz, J. (en prensa) – La transizione al Neolitico recente nel Sud della penisola iberica (4200-3500 A.C.), *San Ciriaco di Terralba. The culture and its role in the spread of farming in Neolithic Sardinia (Cagliari-Terralba, 23-25 giugno 2014)*.
- Uerpmann, H. P. (1979) – Informe sobre los restos faunísticos del corte n.º 1. In Arribas, A.; Molina, F. – *El poblado de Los Castillejos en Las Peñas de Los Gitanos (Montefrío, Granada). Campaña de excavaciones de 1971. El corte número 1*. Granada: Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada Serie Monográfica, p. 153-168 (Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada Serie Monográfica 3),
- Vicent, J. M. (1990) – El Neolitic: transformacions socials i econòmiques. In Anfruns, J.; Llobet, E. (eds. lits.) – *El canvi cultural a la Prehistòria*. Barcelona: Columna, p. 241-293.
- Yanes, Y.; Romanek, C. S.; Molina, F.; Cámara, J. A.; Delgado, A. (2011) – Holocene Paleoenvironment (~7200-4000 cal BP) of the Los Castillejos Archaeological site (SE Spain) inferred from the stable isotopes of land snail shells, *Quaternary International*, London, 244, p. 67-75.
- Zafra, N.; Castro, M.; Hornos, F. (2003) – Sucesión y simultaneidad en un gran asentamiento: la cronología de la macro-aldea de Marroquies Bajos, Jaén. c. 2500-2000 cal ANE, *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 60:2, p. 79-90.
- Zafra, N.; Castro, M.; Hornos, F. (2010b) – Marroquies Bajos (Jaén, España) C. 2800-2000 Cal Ane: agregación, intensificación y campesinización en el Alto Guadalquivir In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milenios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional. Cascais* (6-9 de Octubre – 2005). Cascais: Câmara Municipal, p. 519-535 (Coleção Cascais, Tempos Antigos 2).